GAB. CONS. RONALDO CHADID

DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.RC-4665/2014**
PROCESSO	:	**N.º TC/928/2014**
PROTOCOLO	:	**N.º 1479060**
ÓRGÃO	:	**SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO**
RESPONSÁVEL	:	**THIE HIGUCHI VIEGAS DOS SANTOS**
ASSUNTO	:	**RESERVA REMUNERADA**
RELATOR	:	**RONALDO CHADID**
INTERESSADO	:	**ARTUR LOPES VILHALVA**

ATO DE PESSOAL. TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA REMUNERADA. PROVENTOS INTEGRAIS. LEGALIDADE. REGISTRO.

Examina-se neste processo eletrônico a transferência para a reserva remunerada do servidor **ARTUR LOPES VILHALVA**, 3º Sargento da Polícia Militar, nascido em 21/10/1960, matriculado sob o número 20237091 da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública/MS, para fins de **registro.**

Os autos foram encaminhados para a Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal, que emitiu a análise conclusiva nº ANA-7ICE-4183/2014 (fls. 079/081) pelo registro da transferência para a reserva remunerada, com ressalva, ao constatar: **1-** a tempestividade da remessa dos documentos que compõem os autos; **2-** a observância às exigências do Anexo I, Capitulo II Seção II, Item 4, da Instrução Normativa TC/MS n.º 38 de 28.11.2012; **3-** o tempo de contribuição conforme certidão de f. 028; **4-** o amparo da Lei Complementar nº 53/90 (artigos 86, I, 89, II e 90, I, letra "a", e artigo 54) com redação dada pela Lei Complementar nº 127 de 15 de maio de 2008, c/c o artigo 42 da Lei nº. 3.150/05, a qual foi concedida através do Decreto "P" nº 674/2014, publicado no D.O nº. 8.624, de 25 de fevereiro de 2014; **5-** a regularidade da apostila de proventos, com vencimentos integrais sobre o subsídio de 3º Sargento da PM, e calculados em conformidade com os preceitos legais.

O Ministério Público de Contas, por sua vez, opinou pelo registro da transferência para a reserva remunerada em apreço, conforme Parecer PAR-MPC - GAB.4 DR.JOAOMJR/SUBSTITUTO-6875/2014 (f. 082).

É o que cumpre relatar.

Das razões de decidir:

Dos autos do processo, observa-se que assiste razão ao corpo técnico desta Corte de Contas, bem como ao Ministério Público de Contas, uma vez que os documentos que integram os autos atendem às normas constitucionais, legais e estão em consonância com os termos regimentais desta Corte.

Verificadas as exigências da Lei Complementar nº 53/90 (que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares de Mato Grosso do Sul), consta nos autos a cópia do Decreto "P" nº 674/2014, publicado no D.O nº. 8.624, de 25 de fevereiro de 2014, que concedeu o benefício.

Os proventos a receber na inatividade foram fixados integrais ao subsídio do posto ocupado, como demonstrados nos autos à f. 070.

Nesses termos, acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas, decido pelo **REGISTRO** da transferência do servidor *ARTUR LOPES VILHALVA* para a reserva remunerada, de acordo com o art. 42 da Lei nº 3.150/05 c/c os artigos 86, I, 89, II e 90, I, letra "a", e artigo 54 da Lei Complementar nº 53/90.

É a decisão.
Publique-se.
Campo Grande, 19 de setembro de 2014.

Cons. Ronaldo Chadid
Relator

CCJO